

Distribuição restrita aos

Classificação :

Gabinetes e Secretário-Geral

Distribuição :

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO

Publicação A Voz do Mar Periodicidade _____

Dia 18.10.79 Pág.(s) 1-7 Tendência política _____

"A Voz do Mar" (Peniche), 18/10/79, p. 1 et
Lurdes Pintassilgo em Peniche

■ **EM MINHA OPINIÃO PESSOAL A DECISÃO DA CONSTRUÇÃO DE UMA CENTRAL NUCLEAR TERÁ DE PASSAR PELO PARECER DO POVO REPRESENTADO ATRAVÉS DAS RESPECTIVAS AUTARQUIAS**

■ **O GOVERNO TEM TAMBÉM A OBRIGAÇÃO DE RESPEITAR A PROPRIEDADE INDIVIDUAL DENTRO DO ESPÍRITO DA LEI DA REFORMA AGRÁRIA**

Na medida em que foi pretexto para declarações de certa repercussão a âmbito nacional, a visita a Peniche no passado dia 6 de Outubro da Senhora Primeiro Ministro, Engenheira Maria de Lurdes Pintassilgo, revestiu-se de excepcional interesse. Na verdade, para além dos problemas que exclusivamente se relacionavam com este concelho, também os respeitantes à aplicação da lei de Bases da Reforma Agrária e os que são do domínio da habitação e da energia nuclear, estiveram igualmente em foco.

De acordo com o programa previamente estabelecido, a comitiva governamental chegou ao limite do concelho pelas 10 horas sendo ali aguardada pelos diferentes representantes autárquicos do concelho. Apresentados os primeiros cumprimentos, é retomada a marcha em direcção a Peniche, onde, frente ao edifício dos Paços do

Concelho, algumas centenas de pessoas se aglomeraram para saudar a Senhora Primeiro Ministro e restantes membros do governo que a acompanhavam, de entre os quais distinguimos os senhores Ministros dos Assuntos Sociais e da Justiça e Secretário de Estado das Pescas.

Na cerimónia de recepção efec-

tuada na Câmara, para além das protocolares palavras de saudação que foram trocadas, o senhor Presidente da Câmara, António Assalino Alves, deu conhecimento à Senhora Primeiro Ministro da multiplicidade de problemas que afectam a vida deste concelho destacando em especial o da ca-

(continua na pág. 7)



rênia da habitação; o do bairro do ex-forte ainda não confiada ao município para se lhe dar o destino mais conveniente; o do presentido atraso com que se irão iniciar as infraestruturas de terra do porto com todos os graves reflexos que isso acarreta tanto na economia local como nacional; o do centro de saúde em relação ao qual, se pede que seja imediatamente aberto concurso para a respectiva construção; o da edificação de instalações adequadas para funcionamento da casa da justiça; e finalmente o do reforço do abastecimento de água a Peniche.

Em resposta, Maria de Lurdes Pintassilgo observou que a sua vinda a Peniche, um dia após as comemorações do 5 de Outubro, tinha inteira justificação nos ideais republicanos de que a população desta vila se orgulha, procurando depois acentuar que não faria promessas que não pudessem cumprir dada a consciência que tinha do pouco tempo que lhe resta para governar e da debilidade financeira que afecta a vida do País.

Terminada esta cerimónia, seguiram-se as seguintes visitas: às instalações provisórias do Tribunal Judicial que em breve começará a funcionar; às casas, ainda em construção, dos magistrados, ao local onde serão construídos o Centro de Saúde e a futura Casa da Justiça e, finalmente, ao ponto onde foram apreciadas as obras interiores ainda em curso.

Mais tarde, após o almoço que, com assinalado requinte, foi servido no restaurante «Nau dos Corvos» a Senhora Primeiro Ministro teve ainda ocasião de visitar o Lar de Santa Maria cuja assistência que tendo a impressão profundamente lhe havia de merecer em várias intervenções os mais honrosos elogios.

Cumprida esta parte do programa, chegou o momento alto da visita ou seja, o diálogo com o povo através de alguns dos seus representantes e que decorreu no Ginásio da Associação que se encontrava praticamente repleto.

A abrir a sessão, Lurdes Pintassilgo salientou a hospitalidade com que foi acolhida pelas gentes de Peniche e tendo algumas considerações sobre os problemas locais de que já estava conhecedora, teve palavras muito elogiosas sobre o Lar de Santa Maria dizendo que se tratava de um lar exemplar e que bem pode figurar ao lado do que de melhor há, no género, pela Europa, observação esta que a assistência havia de sublinhar com vibrantes aplausos.

Após estas considerações e o facto de o Presidente da Câmara ter lembrado quais os problemas que já havia focado na sessão de recepção na Câmara é, finalmente, aberto o diálogo que, foi pena ter sido tão seriamente afectado pela deficiente instalação sonora utilizada.

A primeira pergunta surgiu da parte do nosso director. Este afirmando ter conhecimento de que em recentes estudos efectuados por cientistas nacionais e estrangeiros se apontava como inteiramente desaconselhável a construção duma central nuclear em Ferrel quis saber qual a posição do

actual executivo face a tais indicações.

Antes porém que fosse dada resposta a esta questão entendeu-se que melhor seria continuar a ouvir-se outras perguntas. E, deste modo outras se sucederam. O sr. Belmiro Alves, representando o Sindicato dos Pescadores pelo que teremos conseguido perceber, interpelou os membros do governo presentes sobre o atraso das infraestruturas de terra do porto e a necessidade de revisão de vários aspectos da legislação que regula a actividade da pesca; José António Amador, do Secretariado das Cooperativas, que nos pareceu ter posto o problema dos financiamentos à pesca (e dizemos pareceu pelas dificuldades de audição já referidas); uma representante de uma Comissão de Trabalhadores de uma fábrica que levantou o problema dos ordenados em atraso; João Marques Petinga Avelar que, em representação do Rotary Club de Peniche, levantou o problema dos apátridas que se encontram num centro de refugiados da Cruz Vermelha a funcionar no ex-forte e aos quais se têm negado possibilidades de emprego por não possuírem ainda a nacionalidade que reivindicam; um jornalista de «O Diário» que pretendeu saber qual a política que o governo vai seguir na zona de intervenção da Reforma Agrária após os acontecimentos de Montemor; Carlos Mota, vereador, que tendo frisado ser Peniche a terra do distrito onde a habitação se encontra mais degradada e sublinhado a situação de impasse em que se encontram os bairros da Caixa e da Prageira (ainda em situação de ocupação clandestina e com problemas de luz e esgotos) por resolver a primeira pergunta se este governo a semelhança dos que imediatamente o antecederam, continuará igualmente indiferente em relação a tal assunto.

Para responder a tão importante série de questões usou em primeiro lugar da palavra o Secretário de Estado das Pescas que entre outras coisas, lamentou não haver uma melhor coordenação entre a actividade piscatória e o sector conserveiro sublinhando, dum modo particular, o escasso aproveitamento das instalações de frio já existentes na vila. Assegurou que iria solicitar à Direcção Geral de Portos o maior empenhamento no sentido dos projectos das infraestruturas de terra do porto serem postos a concurso quanto antes e anunciou a efectivação de estudos com vista a conseguir-se determinadas bonificações nos preços dos combustíveis fornecidos às embarcações. Tocando noutros aspectos, frisou o peso excessivo da massa salarial nos custos de produção que, nalguns domínios, atinge valores na ordem dos 60%, e confirmou que a política do governo em relação às cooperativas é de apoio na medida em que se mostrem rentáveis e com os melhores reflexos a nível de consumidor.

Relativamente ao problema de cidadania levantado pelo representante do Rotary Club de Peniche foi respondido pelo Sr. Ministro da Justiça que em casos semelhantes aos que foram apontados sempre que a qualidade de cidadão português é solicitada ela é normalmente reconhecida pois

que existem critérios muito amplos para que assim possa acontecer.

O Ministro dos Assuntos Sociais ao prestar esclarecimentos sobre os problemas postos, situados no âmbito das suas atribuições, apontou a preocupação que lhe merecem os sectores mais carecidos da população em relação aos quais está envidando esforços principalmente no sentido de se aumentarem as pensões de reforma uma vez que nos tempos actuais 1 300\$00 é muito pouco. E ainda dentro da Segurança Social lembrou a difícil situação da Previdência hoje sem o dinheiro necessário para desempenho do papel que lhe compete. Sendo vítima de uma dívida por parte do sector empresarial na ordem dos 25 milhões de contos, mas consciente também das muitas razões que a tal conduziram, não deixa de reconhecer quão problemática seria a exigência de tal pagamento na medida em que poderia reflectir-se com muita gravidade no campo do desemprego.

Relativamente às questões de habitação para ali trazidas a lume, disse o representante do respectivo ministério que estava presente que há várias acções desencadeadas com vista a intensificar a habitação pública o que necessariamente terá de passar por uma adequada formação das pessoas que irão trabalhar nesse sector; por uma melhor reestruturação das respectivas carreiras; pelo esforço da capacidade técnica nesse sentido das autarquias locais; e por uma conveniente planificação onde, na execução dos serviços projectados a administração central possa colaborar sempre que os recursos locais se mostrem insuficientes.

Tendo reservado para si a resposta a dar quanto ao problema da central nuclear levantado pelo nosso Director e sobre as questões da Reforma Agrária levantadas pelo jornalista de «O Diário», foi pois a vez de a Senhora Primeiro Ministro prestar alguns esclarecimentos. Em relação ao primeiro destes assuntos, disse que efectivamente o actual governo não tem uma política definida no que diz respeito à montagem da central nuclear de Ferrel. E acentuando que era própria tem grandes dúvidas quanto aos motivos que justificam a construção de uma central nuclear, acrescentou em determinada altura:

«É uma decisão que em minha opinião pessoal terá de passar pelo parecer do povo, representado através das respectivas autarquias. Em diversos países da Europa o problema da energia nuclear está na ordem do dia. Em Portugal é necessário que se faça um estudo a fim de se saber se, de facto, não há outros caminhos que permitam solucionar tal problema. Antes, porém seria bom que todos nós, no dia-a-dia, tivéssemos o cuidado de poupar energia. Esse seria o primeiro passo a dar».

Quanto ao segundo ponto, frisando sempre que a sua política era a do cumprimento da lei de Bases da Reforma Agrária observou, no entanto, que quando assumiu a chefia do actual executivo (havia no MAP muitas dezenas de reservas relativas a entregas de reservas que foram canceladas por este governo por os



processos não estarem conforme a lei).

E mais adiante: «A lei tem sido a mesma dos governos anteriores; no entanto, a forma como é executada tem de ser diferente». E depois de referir que são mais de 50% das reservas que estavam para ser entregues que foram sujeitas a um reexame total e que, por isso mesmo têm estado suspensas, o MAP, Lurdes Pintasilgo continuaria assim a explicar o seu pensamento: «O Governo tem obrigação como consta de toda a lei relativa à Reforma Agrária de respeitar a organização cooperativa dos trabalhadores ru-

rais sempre que esta se traduza numa efectiva protecção dos trabalhadores e numa rentabilidade das terras por eles trabalhadas; o Governo tem também a obrigação de respeitar o direito de propriedade individual dentro do espírito da Lei da Reforma Agrária, o que tem de nos conduzir apenas à entrega de reservas àqueles proprietários que, directamente vão trabalhar a terra».

Terminada a intervenção da Senhora Primeiro Ministro ficou também assim concluído o programa desta visita governamental a Peniche.

Fundação Cuidar o Futuro

